

Caso IRB/Squadra abre novo tipo de ativismo no Brasil, diz Amec

Caso mostra fortes indícios de manipulação que precisam ser avaliados, diz o presidente da entidade, Fábio Coelho

Por **Juliana Schincariol** — Do Rio

31/03/2020 05h01 · Atualizado há 3 horas



Fábio Coelho, da Amec: ativismo, desde que feito com boa-fé, é saudável — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Os investidores e as companhias abertas ainda não estão preparados para lidar com o engajamento de acionistas em situações como a que ocorreu na últimas semanas com o IRB, na avaliação da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec). O caso mostra que há fortes indícios de manipulação que precisam ser avaliados pelos reguladores, diz o presidente da entidade, Fábio Coelho.

“Isso precisa ser endereçado para que o mercado de capitais tenha referência das melhores práticas também pelo processo sancionador”, disse ao **Valor**. Coelho diz que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem feito um esforço para aperfeiçoar os processos sancionadores, com redução do tempo de julgamento. “Temos indícios fortes de manipulação onde a ausência de boa fé precisa ficar comprovada. Os resultados serão importantes para o amadurecimento do próprio ativismo no Brasil”, diz.

No início de fevereiro, a gestora carioca Squadra questionou, em duas cartas, a sustentabilidade dos números do IRB. Apontou que a geração de caixa da resseguradora vem diminuindo ao longo dos anos e iniciou uma investigação, segundo a qual os resultados apresentados desde que ela chegou à bolsa, em 2017, só poderiam ser explicados por itens não recorrentes no balanço da companhia. Além disso, questionou a transparência do IRB.

Os fatos que se sucederam incluíram a divulgação da saída do então presidente do conselho, Ivan Monteiro e sobre informações - não verdadeiras - que circularam no

mercado sobre a participação societária da empresa Berkshire Hathaway, do investidor Warren Buffett, além da realização de uma conferência privada com analistas. Na CVM, há pelo menos quatro procedimentos que analisam toda a situação.

O questionamento da Squadra trouxe uma inovação para o ativismo de investidores no mercado brasileiro, ainda que embrionária, e em especial para operações vendidas, caso da gestora carioca, avalia a Amec.

“O ativismo, desde que feito com boa-fé, é saudável para o desenvolvimento do mercado”, diz Coelho. Para ele, ainda que as responsabilidades recaiam sobre os diretores estatutários, as áreas de relações com investidores precisam ser pautadas pela “transparência e tempestividade” em suas manifestações e precisam ter planos de contingência em situações como essas.

“A realização de conferências privadas sem devida transparência e sem manifestação clara para toda a base de investidores prejudicou o posicionamento da resseguradora”, afirma. O executivo diz ainda que a justificativa de que a empresa estaria em período de silêncio para não ter informado o mercado não é válida.

“O período de silêncio se coloca para demonstrações financeiras em elaboração. A resseguradora teria plenas condições de fazer uma manifestação. O que foi questionado referiu-se a práticas contábeis de demonstrações de anos anteriores”.

Para a Amec, o Brasil está dando os primeiros passos no desenvolvimento de empresas de capital disperso, as chamadas corporations, e os conselhos passam a ter um papel ainda mais relevante no monitoramento da administração. “O surgimento das corporations traz um novo tipo de relacionamento entre os stakeholders. Isso exige que os conselhos se posicionem de maneira mais forte em empresas de capital disperso. Isso vai ganhar corpo no Brasil e as empresas precisam lidar com questionamentos públicos. A área de relações com investidores do IRB mostrou inabilidade com estas questões”, afirma.